

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.  
O Trabalho no Século XXI.  
Mudanças, impactos e perspectivas.

**GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en América  
Latina en el siglo XXI**

Crise do Capital e Crise Ambiental: nova  
reestruturação produtiva e a posição dos  
trabalhadores

Daniel Angelim

Josué Medeiros

Outubro 2012

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é investigar as posições dos trabalhadores, organizados em sindicatos, movimentos camponeses e movimento feminista, diante do tema da crise ambiental, que vem se conjugando com a atual crise do capital que atinge exatamente os países mais ricos. Estas múltiplas crises tem gerado nas elites econômicas internacionais uma pressão por uma nova onda de reestruturação produtiva legitimada pelo problema ecológico. A economia verde é a síntese desta nova reestruturação, com propostas que mercantilizam a natureza e aumentam o desemprego e a precarização do trabalho, resultando em novos conflitos laborais para os quais o movimento organizado dos trabalhadores tem elaborado respostas e apresentado alternativas. Em suma, trata-se de estudar as convergências e divergências, bem como as contradições das alternativas elaboradas por sindicalistas, camponeses e feministas.

**Resumo estendido:** O trabalho pretende investigar as posições dos trabalhadores, sejam eles organizados no movimento sindical seja nos demais movimentos sociais, como o movimento dos camponeses e o movimento feminista, entre outros, diante do tema da crise ambiental. Isso porque a crise ambiental vem se conjugando com a atual crise econômica do capitalismo, que atinge exatamente os países mais ricos, gerando por parte das elites econômicas internacionais uma pressão por uma nova onda de reestruturação produtiva legitimada pelo problema ecológico. A economia verde é a síntese desta nova reestruturação, com propostas que mercantilizam a natureza e aumentam o desemprego e a precarização do trabalho, gerando novos conflitos laborais para os quais o movimento organizado dos trabalhadores tem elaborado respostas.

### **Reestruturação produtiva e neoliberalismo**

Desde os anos 1970 que o mundo do trabalho é assolado pelo que se convencionou chamar, nos debates políticos e acadêmicos, de reestruturação produtiva. Esta vem a ser um processo de mudanças nas relações entre trabalho e capital que beneficiam este último, permitindo uma expansão dos lucros. Para Antunes esta reestruturação foi consequência da redução dos níveis de produtividade do capital, um esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção, atrofiamento do capital produtivo em detrimento do peso crescente do capital financeiro (Antunes, 2000).

Novas tecnologias, novas formas de organizar a produção, novas formas de legislar sobre o trabalho – baseadas na desregulamentação – foram impostas aos trabalhadores, no lugar do arcabouço institucional fordista que formatou as relações capital-trabalho no pós 2ª Guerra nas principais potências capitalistas, servindo de modelo para as chamadas nações em desenvolvimento. Nas palavras de Kalleberg “o processo que ficou conhecido como globalização neoliberal intensificou a integração econômica, acirrou a competição entre as companhias, ofereceu oportunidades para que deslocassem suas atividades para os países onde os salários são mais baixos” (2010).

O movimento sindical entrou em crise no mundo todo. Além de uma mudança estrutural houve também a transformação nos valores dos trabalhadores, que assumiram a defesa dos interesses do capital. Para Cardoso, “os problemas de produção podem ser diretamente negociados entre trabalhadores e a gerência, sem a interferência sindical. Em lugar de relações de trabalho adversárias e gerência despótica, ‘o novo local de trabalho’ caracteriza-se por parcerias e cooperação entre agentes de produção”. (2003).

Em suma, a hegemonia neoliberal foi o resultado político e social deste processo de transformações estruturais e macroeconômicas que convergem para a noção de reestruturação produtiva. Tal dinâmica se impôs sobre a América Latina a partir dos anos 1980, tendo como resultado o aumento da pobreza e do desemprego em todo continente, sempre contando com ativa resistência dos movimentos sociais e sindicais.

### **Crise do neoliberalismo e crise do capital**

A situação política se alterou em diversos países do continente americano na emergência do século XXI. A hegemonia neoliberal foi substituída por uma onda de vitórias eleitorais de partidos e movimentos progressistas que propõem a ruptura com o neoliberalismo. Ainda que com enormes diferenças entre eles, com contradições e impasses relacionados à dinâmica interna de cada um – por exemplo, constrangimentos internacionais, limitadores institucionais, capacidade econômica, grau de mobilização da sociedade civil, existência ou não de partidos e sindicatos consolidados, maior ou menor inexperiência administrativa, peso do Estado, consequências sociais do neoliberalismo, entre outros – tais governos de esquerda tiveram sucesso em superar o ideário neoliberal, ao menos no âmbito do Estado, substituindo-o por projetos desenvolvimentistas que, em alguns casos, assume aspectos anticapitalistas.

Em paralelo a este processo, o capitalismo no mundo se viu pautado pelo que os movimentos sociais chamam de múltiplas crises. A crise financeira internacional explodiu em 2008, atingindo o mundo inteiro, em especial Estados Unidos e União Européia, que desde então tentam superar a recessão, o desemprego e o aumento da pobreza. Ao mesmo tempo, o mundo vem debatendo, em especial através do sistema multilateral da Organização das Nações Unidas, o processo de crise ambiental que atinge a humanidade, com aumento dos desastres naturais, crise alimentar e aumento significativo da temperatura da terra. As estas duas crises estruturais se somam ainda a crise política, com manifestações em todo mundo, desde a chamada “primavera árabe”, passando pelas tentativas de golpe de Estado verificadas em Venezuela e Bolívia e concretizadas em Honduras e Paraguai, chegando inclusive nas contestações às democracias estadunidense e europeias, como o movimento Occupy Wall Street e as diversas manifestações na Zona do euro, evidenciando inclusive uma crise de valores e paradigmas do capitalismo justamente nos países onde este modelo foi mais exitoso.

### **A emergência do tema ambiental e a nova ofensiva do capital**

A emergência do tema ambiental na agenda política internacional vem se gestando desde os anos 1970, com a realização da Conferência de Estocolmo sobre o Homem e o Meio ambiente, em 1972. Esta foi um ponto de partida para uma série de debates e mobilizações em torno da necessidade de estabelecer uma nova dinâmica para a relação entre o homem e a natureza. O ponto de chegada de tal processo foi a ECO-92 no Rio de Janeiro e o consenso em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável quer dizer que o progresso das sociedades humanas deve ser medido pela conjugação das dimensões econômica, ecológica e social em torno do pilar da sustentabilidade. Apenas o crescimento econômico não corresponde a uma melhor situação de vida para as pessoas. É preciso buscar uma melhoria dos indicadores sociais tais como o fim da miséria e da pobreza, distribuição de renda, universalização de direitos como saúde, educação, segurança alimentar. Estes só podem ser alcançados caso a sociedade estabeleça uma nova relação com o meio ambiente, baseado na sustentabilidade, o que implica em garantir a preservação de biomas ameaçados, um uso racional dos recursos naturais, incluindo neste caso a terra e água.

Trata-se, caso seja radicalmente levado a sério, da construção de um novo modelo de produção e consumo em escala mundial. E, de fato, pouco ou quase nada foi feito nesta direção. O modelo capitalista de desenvolvimento, dominante, ainda se sustenta no uso de recursos naturais limitados e não renováveis, com a produção de altas taxas de emissões de gases de efeito estufa. O preço da energia sofreu um aumento significativo nos últimos 20 anos, retrato da escassez de recursos naturais. A fome e a miséria afetam 2 bilhões de pessoas, segundo dados da ONU, ainda que a produção de alimentos e sua circulação comercial apresentem crescimento nestas últimas décadas. Os danos ao ambiente e ao clima são profundos, como atestam os cada vez mais frequentes desastres naturais.

Para agravar ainda mais a situação, o capital vem se apropriando do tema ambiental para por em curso uma nova onda de reestruturação produtiva, legitimada agora pela necessidade de solucionar a crise ambiental. Soluções mercadológicas são propostas e implicam no aumento da mercantilização do mundo e da natureza e em aumento do desemprego e da precarização do mundo do trabalho. Esta nova fase da reestruturação produtiva pode ser sintetizada no conceito de “economia verde”.

**Múltiplas crises, transição justa e a resistência laboral contra o capital**

Os movimentos sociais da América Latina têm trabalhado com a noção de múltiplas crises para enfrentar a atual situação econômica e política internacional, marcada pela crise econômica internacional, a crise alimentar, a crise ambiental, a crise política e pela crise valores e paradigmas do capitalismo. Com esta noção as lutadoras e lutadores sociais latino-americanos pretendem sintetizar os dilemas enfrentados pelos povos diante da tentativa dos capitalistas em manter suas taxas de lucro em uma situação adversa, na qual o modelo do capital apresenta sinais claros de esgotamento nas principais potências - EUA e a União Europeia. Esta tentativa acontece ao mesmo tempo em que as nações unidas, em seus fóruns deliberativos, não conseguem avançar concretamente em respostas para o problema urgente da crise ambiental e alimentar.

Neste processo os movimentos dos trabalhadores elaboraram um conjunto de conceitos e propostas bastante sofisticadas, procurando fazer diagnósticos precisos dos problemas ecológicos e também oferecer soluções e caminhos alternativos concretos e factíveis. Além disso, estes movimentos construíram uma dinâmica de diálogos e convergências entre si na medida em que iam se deparando com os impasses que lavaram o sistema ONU a fracassar na construção de um acordo internacional sobre crise ambiental.

O objetivo deste trabalho é, portanto, investigar o posicionamento dos trabalhadores sobre este tema, levando em conta as formulações de sindicalismo, do movimento camponês e do movimento feminista, tanto nas suas especificidades quanto nos momentos em que se articulam entre eles. Esta investigação buscará também apontar insuficiências e contradições que porventura apreçam neste processo, além das convergências e divergências que certamente existirão. Toda a pesquisa será feita abordando o que o sindicalismo latino-americano tem feito sobre o tema, a partir de resoluções oficiais da Confederação Sindical das Américas (CSA) e das centrais brasileiras e argentinas que fazem parte desta confederação, além de entrevistas com dirigentes e assessores destas entidades. O mesmo procedimento será feito com o movimento camponês, a partir das formulações da Via Campesina e entrevistas com lideranças, e também com a Marcha Mundial de Mulheres, movimento feminista que foi escolhido porque dialoga com sindicalistas e camponeses.

Em primeiro lugar, buscaremos apresentar e relacionar o tema do meio ambiental com a questão sistêmica. Neste caso é possível identificar nos três movimentos estudados o mesmo diagnóstico sobre as causas da crise ambiental que atinge a humanidade e

também sobre a incapacidade das nações unidas em pactuar uma solução: o modo de produção capitalista gera, estruturalmente, a crise ambiental que ameaça a vida na Terra. Para estes ativistas, é urgente superar a racionalidade capitalista que organiza a economia mundial em busca do lucro, sem se importar com os custos sociais e ambientais, à favor de um novo modelo de produção e consumo. Todos, portanto, recusam as soluções de mercado englobadas na economia verde.

Em seguida passaremos para a análise das propostas que cada um dos movimentos fazem sobre as soluções para estas múltiplas crises. Veremos que os três propõem substituir o atual modelo de produção e consumo capitalista por outro. Não obstante, aparece aqui uma diferença substantiva: o movimento sindical trabalha com a noção de **Transição Justa**, que afirma que a mudança do atual modelo de produção e consumo em direção ao desenvolvimento sustentável será feita em um processo de “adaptação” das sociedades hoje baseadas capitalismo e é preciso garantir que “não será o trabalhador/a que pagará novamente pela conta do modelo injusto de desenvolvimento”.

Por fim, uma divergência fundamental, qual seja, a relação que tais movimentos têm com o atual processo de desenvolvimento em curso na América Latina, a partir da conquista dos governos centrais de alguns países por governos progressistas. Nenhum destes três setores se declara oposição a qualquer um dos governos de esquerda, porém o movimento sindical apoia mais enfaticamente projetos e políticas públicas que gerem emprego e diminuam a pobreza, enquanto os camponeses e as feministas são mais críticos. Estes questionam fortemente investimentos na descoberta do Pré Sal, nas grandes obras hidrelétricas na região amazônica, na produção automobilística, enquanto os primeiros reivindicam o direito dos países latino-americanos ao desenvolvimento, jogando a tarefa de resolução das crises para as potências capitalistas.

## **Bibliografia**

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

KALLEBERG, Arne L. “O Trabalho precário nos Estados Unidos”. IN: OLIVEIRA, Francisco et al (org). **Hegemonia às Avessas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.